

Um levantamento feito pela SP-PREVCOM mostra que uma parcela de servidores transferiu investimentos de planos privados para a previdência complementar do Estado. Dos 20 mil participantes, cerca de 80% recebem salários acima do teto do INSS (R\$ 5.531,31 em 2017). Nesta faixa, que corresponde a 16 mil participantes, 12,4% contribuía em dezembro de 2016 com alíquota superior ao limite de até 7,5%, que é a contribuição paritária do governo estadual.

Entre os motivos das alterações de percentuais e transferência de novos recursos, estão a transparência, a confiança no sistema e sua rentabilidade, que supera com larga margem os índices de inflação e investimentos tradicionais como a poupança. Além destes fatores, os planos de previdência complementar foram elaborados de acordo com o perfil e a realidade dos servidores públicos.

A instituição tem registrado também a migração de recursos de outros tipos de aplicação para a fundação e elevação das contribuições facultativas. Estas duas fontes deram origem a R\$ 11,1 milhões de depósitos feitos no fundo desde o início das inscrições em 2013 até 2016.

Deste montante, R\$ 3,6 milhões correspondem à portabilidade de capital investido em planos de previdência em outras instituições financeiras. Os valores extras, que o servidor pode aportar sempre que desejar, foram responsáveis pelo ingresso de R\$ 7,5 milhões. Em 2016, estes depósitos adicionais cresceram cerca de 30% em relação a 2015.

Os funcionários públicos que aderiram aos fundos de previdência complementar ocupam postos em diversos órgãos estaduais espalhados por 32 cidades. A capital lidera o ranking com cerca de 40% dos participantes, seguida por Ribeirão Preto, Campinas, Bauru, São Carlos, Osasco, Piracicaba, Santos, Sorocaba e Guarulhos.

Fonte: SP-PREVCOM, em 01.06.2017.